

Negociações abertas para encerrar crise

» RENATO ALVES
» MARA PULJIZ

O Governo do Distrito Federal reabriu o canal de negociações com associações representativas dos policiais e bombeiros militares para tentar encerrar a crise na segurança pública. O diálogo tem sido realizado por meio do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Anderson Carlos de Castro, que se reporta diretamente à equipe de planejamento do Executivo e ao governador Agnelo Queiroz (PT).

O entendimento do Executivo é de que nos últimos dias as duas categorias voltaram ao trabalho, com algumas exceções envolvendo policiais incitados pelo jogo político. “Retomamos um estudo para que possamos apresentar uma possibilidade concreta para corrigir distorções do passado na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros e resgatar a importância das instituições”, disse Agnelo ao *Correio*. Além de conversar com líderes do movimento de reivindicação da PM e dos Bombeiros, integrantes do governo do DF precisam do aval da equipe econômica da presidente Dilma Rousseff. Qualquer aumento salarial na área de segurança pública deve ser autorizado por lei aprovada no Congresso Nacional. O diálogo também é feito na esfera federal.

Nos diálogos com os líderes dos movimentos, o comandante-geral da PM tem elencado benefícios já concedidos para a classe, como reajuste de 15,8% em três anos, aumento do auxílio-alimentação, ampliação do valor pago e do número de horas-extras, além de 16 mil promoções, sendo 14 mil de praças e duas mil de oficiais. “Já fizemos muito pela Polícia Militar. Entregamos 1.250 viaturas, reformamos quartéis e investimos em equipamentos e tecnologia, além de outros importantes benefícios”, enumerou Agnelo. “Quando assumi, a folha de pagamentos da PM custava R\$ 1,5 bilhão. Hoje, chegamos a R\$ 2,18 bilhões. Temos feito muito pela nossa polícia, por mais que a luta política tente negar”, acrescentou o governador.

Divergências

Integrantes do governo acreditam que uma solução para o impasse está próxima de ser encontrada. Mas ainda há divergências na base. As 14 associações representativas dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal estão divididas sobre os rumos do movimento. A maior delas, a Associação dos Praças (Aspra), incita a radicalização, e outras desautorizam a entidade de se posicionar em nome da categoria. Entre as reivindicações, estão a isonomia na Segurança Pública, a reestruturação da carreira e a elaboração de um código de conduta sem prisões disciplinares.

Enquanto as lideranças debatem a posição da categoria, policiais têm recorrido a diversas estratégias para driblar a determinação judicial da última sexta-feira, que mandou suspender a operação tartaruga. Alguns militares trocam e-mails a fim de adotarem medidas do que classificam como “boicote”. Entre elas, estão erros intencionais nas multas a motoristas. Isso obrigou o Detran a anular a penalidade quando ela chegar ao órgão. Dessa forma,

Antônio Cunha/Esp.CB/D.A Press



Policiais militares na Rodoviária do Plano Piloto: liderança reconhece que falta de união atrapalha em negociações com o governo

deixam o infrator impune e o governo, sem o dinheiro da infração.

Os discursos diferentes entre as associações têm provocado reações diversas nas redes sociais e em blogs administrados por militares. Quem mais incomoda parte da categoria é o sargento Manoel Sansão, vice-presidente da Aspra, entidade com 8 mil associados. Nos últimos dias, fez piada da decisão judicial suspendendo a operação tartaruga e da abertura de investigação do Ministério Público e do Comando-geral da PM contra os líderes do movimento.

Depois, trocou o nome da operação tartaruga para operação-padrão e ameaçou as autoridades. “Não vai escapar ninguém, político nem criminoso”, avisou ele na última segunda-feira. No dia seguinte, Sansão voltou atrás. “Agora, entramos na operação lesma”, declarou. Ontem, ele disse que os policiais aderiram à operação legalidade. “Acatamos a decisão judicial, mas vamos andar na velocidade da via.”

Nota

O Fórum das Associações Representativas dos PMs e BMs do DF — que integra nove entidades — divulgou ontem nota oficial desautorizando a Aspra e Sansão a tecerem comentários em nome de todos os PMs e bombeiros do DF. Porém, na mesma nota, o Fórum desafiou as autoridades. “Essa operação não será interrompida por meio de um comandante, autoridade judicial ou do Ministério Público. Qualquer mudança virá estritamente de sua base”, ressalta o texto do documento.

Coordenador do Fórum, o coronel Mauro Manoel Brambilla reconheceu que a falta de união atrapalha as negociações. “Temos o Fórum, que é a turma do diálogo, e temos a turma do Sansão. Os objetivos são os mesmos, mas os meios são diferentes. Não concordamos com a radicalização e também não fazemos política. Quando a política entra pela porta da frente, a disciplina e a hierarquia fogem pela porta dos fundos”, declarou.